

TOLEDO; Lara de Jesus¹, COSTA; Frederico Alves²

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla acerca das ondas “progressistas” e “conservadoras” na América Latina, que visa compreender a dinâmica política de diferentes países latino-americanos (entre eles a Bolívia, selecionada para a pesquisa devido o golpe de Estado sofrido por Evo Morales, em 2019), a partir do campo da psicologia política. Nosso objetivo neste trabalho é discutir um aspecto intrínseco à dinâmica política boliviana: a demanda de movimentos sociais (indígenas e camponeses), desde 1982, pelo reconhecimento do multiculturalismo e da plurietnicidade na Bolívia. Em termos metodológicos, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a política boliviana de meados do século XX até os dias atuais. Para a análise dos dados, utilizamos como referencial teórico a Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe, remetendo-nos a conceitos como demanda, discurso, antagonismo e hegemonia. Esses conceitos contribuem para a compreensão de articulações entre demandas insatisfeitas e das implicações destas articulações para a luta política, levando em conta as fronteiras entre “nós” e “eles”, no caso estudado, entre os movimentos sociais e o governo boliviano. Em 1985, ocorreu na Bolívia a adoção de medidas neoliberais e reacionárias caracterizadas pela retirada dos direitos indígenas sobre suas terras, em benefício da exploração das terras a partir da iniciativa privada. Através de um discurso anti-neoliberal que exigia o reconhecimento da plurietnicidade e do multiculturalismo da nação e a participação na esfera política, os movimentos sociais indígenas e camponeses passaram a questionar o governo quanto às estratégias de privatização de recursos (territórios) naturais, à primazia de direitos individuais e à desigualdade política presente na sociedade boliviana. A atuação destes movimentos sociais foi fundamental para a eleição de Evo Morales, em 2006, pelo *Movimiento ao Socialismo* (MAS), partido que surgiu junto a organizações de camponeses produtores de coca, os cocaleros. Evo foi reconhecido como líder de um setor campesino politicamente excluído e os movimentos sociais indígenas e camponês esperavam que o governo Evo satisfizesse suas demandas. Evo possibilitou a criação de um Estado Plurinacional, entretanto, fatores conjunturais conduziram a uma relação complexa e tensa entre os movimentos sociais e seu governo. O Golpe de 2019 atacou o Estado Plurinacional e, assim, não apenas retirou Evo do poder como também serviu para estabelecer os indígenas e camponeses, defensores daquele Estado, como inimigos. Diante do exposto, este trabalho pretende contribuir com o debate acerca das experiências de lutas dos movimentos sociais por demandas indígenas na Bolívia, além de refletir sobre a emergência desses povos na política através do governo Evo. Deste modo, este trabalho adequa-se ao Eixo 5 “Psicologia Social Crítica, Política e Democracia”, que visa discutir experiências e pesquisas sobre os diversos movimentos sociais e minorias, que articulam em sua prática a promoção de direitos e da cidadania, objetivando-se a emancipação e o protagonismo social, buscando-se a superação de situações de exclusão social, política e de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: povos nativos indígenas, camponeses, demandas, movimentos sociais, Bolívia

¹ Universidade Federal de Alagoas, lara.toledo@ip.ufal.br

² Universidade Federal de Alagoas, frederico.costa@ip.ufal.br